

**DESLOCAMENTOS URBANOS INVOLUNTÁRIOS E A REMOÇÃO DA FAVELA METRÔ-MANGUEIRA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DAS NOÇÕES DE CENTRO E PERIFERIA**

**INVOLUNTARY URBAN DISPLACEMENTS AND THE REMOVAL OF METRÔ-MANGUEIRA SLUM: THE PRODUCTION OF THE SPACE CONSIDERING THE IDEAS OF DOWNTOWN AND OUTSKIRTS**

**Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira<sup>1</sup>**

**Pedro D'Angelo da Costa<sup>2</sup>**

**Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo analisar os deslocamentos urbanos involuntários realizados por moradores de favelas em remoção no Rio de Janeiro. A população local de uma favela em processo de remoção é impelida a se deslocar na cidade, em virtude dos reassentamentos e da busca por novas moradias e, ao fazer isso, utiliza suas próprias noções acerca do espaço que é produzido, ao mesmo tempo em que desenvolve práticas e discursos que transmitem o arcabouço moral e normativo acerca desses deslocamentos. As noções de centro e periferia emergem desses discursos a partir dos movimentos realizados na cidade, e se concretizam através de um padrão cognitivo que hierarquiza esses conceitos, fazendo com que o centro seja uma região valorizada em relação à periferia. Partiremos da perspectiva do direito à cidade, oferecida em especial por Henri Lefebvre, mas com o desejo de buscar autores que explorem a produção do espaço a partir da dualidade mencionada. O artigo oferece uma análise teórica, com base em revisão bibliográfica, e também empírica, com base em dados produzidos durante pesquisa de campo de cunho etnográfico na favela Metrô-Mangueira, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro. A análise dessas movimentações será também contextualizada com a política urbana implementada na cidade do Rio de Janeiro e o impacto dessa política na oferta de moradias na cidade. Além disso, abordaremos também formas de se fazer

---

<sup>1</sup> Professor Associado da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor (2007) em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: luizeduardovfigueira@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD - UFRJ), na condição de bolsista CAPES. E-mail: pedrodangelodacosta@gmail.com

antropologia urbana, culminando com uma proposta epistemológica que atenda às demandas atinentes à compreensão das cidades e dos movimentos que as constituem.

**Palavras-chave:** espaço urbano; remoções; Favela Metrô-Mangueira; direito à cidade; deslocamentos urbanos

### Abstract

The following paper aims to analyze the involuntary urban displacements performed by evicted slum dwellers in Rio de Janeiro. The local population of a slum under a removal process is prompt to move away due to resettlements and the search for a new home and, while doing this, uses its own perceptions about the produced space, at the same time as developing manners and speeches that communicate the moral and normative framework about these displacements. The downtown and outskirts concepts emerge from these speeches starting on the movements performed in the city, and are made through a cognitive pattern that hierarchize these concepts, so downtown becomes a more enriched region in comparison to the outskirts. Considering the perspective of the right to the city, offered specially by Henri Lefebvre, but willing to find authors who explore the production of space considering the aforementioned duality. This article offers a theoretical, based on bibliographic revision, and empirical, based on data produced during the ethnographic field research in the Metrô-Mangueira slum on the north area of Rio de Janeiro, analysis. The analysis on these movements will also be contextualized on the urban policy implement on Rio de Janeiro and this policy's impact on the city housing offer. Besides that, we also aim to address the ways of practicing urban anthropology, culminating to an epistemological proposal that meets the demand pertinent to the comprehension of the cities and the movements that compose them.

**Keywords:** urban space, removals, Metrô-Mangueira Slum, right to the city, urban displacements

## INTRODUÇÃO

*Cosmos, abrigo ou rua*, anunciaram os agentes da Prefeitura do Rio aos moradores da favela Metrô-Mangueira, quando perguntados sobre o destino das pessoas que ali viviam depois que a favela fosse removida<sup>3</sup>. Em contrário ao que determina a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que restringe as possibilidades de remoção de favelas a situações de risco para os moradores e exige reassentamento em local próximo, aos residentes do Metrô-Mangueira foram oferecidos apartamentos em um condomínio no bairro de Cosmos, distante 50 km da favela, em troca de suas casas. As remoções de favelas, para além de demolir as residências e retirar seus moradores, encadeiam um outro processo que tem início após a remoção: os deslocamentos urbanos que serão realizados por ex-moradores em busca de nova residência. A postura adotada por agentes do Estado, que compele os moradores a aceitarem a oferta de reassentamento, expõe uma profunda discordância entre moradores e Prefeitura quanto à valoração normativa daqueles deslocamentos: A Prefeitura põe em marcha um movimento centrífugo, em direção às margens, enquanto os moradores de favelas desejam o movimento centrípeto de aproximação ao centro urbano. Os deslocamentos urbanos involuntários são o objeto de estudo deste artigo, que analisará teórica e empiricamente esse processo na favela Metrô-Mangueira.

A Favela Metrô-Mangueira (Favela do Metrô ou apenas Metrô-Mangueira) abrange um espaço de aproximadamente 21.600 m<sup>2</sup> e está situada entre os bairros de Vila Isabel e Maracanã, na Zona Norte do Rio de Janeiro<sup>4</sup>. As primeiras casas foram construídas pelos trabalhadores da obra da estação do Metrô do Maracanã, fato que deu nome à favela e marcou o início da ocupação daquele local por volta dos anos 1980<sup>5</sup>. A Favela Metrô-Mangueira está situada ao lado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e do Estádio Mário Filho (Maracanã), sede da final da Copa do Mundo da FIFA, em 2014, e também de importantes

---

<sup>3</sup> Os dados de pesquisa apresentados neste artigo foram coletados em trabalho de campo realizado na favela Metrô-Mangueira entre os meses de maio e setembro de 2016, através de entrevistas com moradores, ex-moradores, lideranças comunitárias e outros atores externos, como a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e a Pastoral de Favelas. Além do trabalho de campo, realizamos extensa pesquisa documental em sites e notícias, que corroboram os dados levantados, como por exemplo: <http://www.global.org.br/blog/apos-dois-anos-familias-da-comunidade-metro-mangueira-ainda-aguardam-solucao-em-meio-a-escombros/>. Acessado em 22 de novembro de 2017.

<sup>4</sup> Além de observações empíricas, é possível encontrar informações relativas à localização e estrutura da favela em sites e reportagens, por exemplo: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Cidade/Favela-Metro-Mangueira%3A-tres-anos-de-espera-23809.html#.VxFD9PkrLIU>; acesso em 15 Abril 2015.

<sup>5</sup> Reconstrução história a partir de relatos dos moradores da favela.

eventos nos Jogos Olímpicos de 2016. A região é conhecida pelos serviços automotivos oferecidos pelas diversas oficinas ali localizadas; a Favela do Metrô chegou a abrigar por volta de 650 (seiscentas e cinquenta) famílias, quando foram iniciadas as remoções.

Em meados de setembro 2010, a Prefeitura do Rio de Janeiro iniciou o processo de cadastro dos moradores e marcação das casas que deveriam ser desocupadas. Por volta de 100 (cem) famílias aceitaram o reassentamento em Cosmos, mas a maioria decidiu ficar na favela e organizar um movimento de *resistência*. Após a mobilização dos moradores, negociações com a Prefeitura e um intenso choque de interesses, foram oferecidas mais duas possibilidades de reassentamento: alguns moradores seriam alojados em Triagem, bairro próximo à favela, e a terceira parte ocuparia apartamentos nos Condomínios Mangueira I e II, construídos a poucos metros da Favela Metrô-Mangueira.

A reivindicação por permanência foi o centro da resistência organizada pelos moradores da favela; como afirmou a ex-presidente da Associação de Moradores do Metrô-Mangueira, o desejo era de permanecer na favela e de um consequente processo de *urbanização* do local (o termo *urbanização* foi utilizado por moradores em seus discursos e em geral demonstravam o interesse de que fossem realizadas melhorias estruturais na favela, como o saneamento básico e o fornecimento de água). No conflito de interesses entre cidadãos e Estado, a Prefeitura não cedeu no tocante à remoção, todavia, após dois anos de embates, foi oferecido aos moradores o reassentamento nos condomínios acima mencionados, próximos à favela.

Constatar que o direito à permanência constitui uma ferramenta essencial da luta dos moradores contra a remoção é o primeiro passo para nossa discussão. O significado dos deslocamentos<sup>6</sup> impostos aos moradores é a chave para uma compreensão analítica desse processo: os movimentos urbanos alteram a rotina dos moradores atingidos, provocam afetações, emoções e reações que derivam objetivamente da compreensão que aqueles moradores produzem acerca do espaço da cidade, e aparecem constantemente nessa discussão as noções de centro e margem.

Entendemos que a distância geográfica contribui fortemente para que os deslocamentos urbanos involuntários sejam um problema de fato (e essa perspectiva será também abordada), mas para além de uma conclusão imediata sobre a razão prática desse entrave, buscaremos compreender de que forma esses moradores compreendem esses

---

<sup>6</sup> O termo *deslocamento* é aqui utilizado por ser uma expressão comumente utilizada em documentos oficiais e legais, mas importa dizer que o deslocamento tem uma conotação definitiva, não se referindo aos deslocamentos urbanos realizados rotineiramente pelos moradores da cidade.

movimentos urbanos e como as noções de centralidade e marginalidade operam nesses discursos.

Se para Henri Lefebvre (2006) o espaço da cidade é relacional e socialmente produzido, para Agier (2015) ele também é feito essencialmente de *movimento*. Os argumentos que serão aqui expostos têm inspiração na dialética proposta por Lefebvre e incluem as noções de centro e margem no paradigma relacional de produção do espaço e tempo social. Enfrentaremos uma cisão interpretativa que existe sobre as noções de centro e margem considerando-as essencialmente relacionais e socialmente produzidas. Nesta reflexão, observaremos a produção do espaço a partir dos deslocamentos realizados na cidade e as noções de centro e margem, que balizam o quadro de referências moral responsável pela produção do espaço e de subjetividades que qualificam esse espaço.

O debate construído neste artigo reúne autores que concebem a cidade de um ponto de vista dinâmico, compreendendo a intermitente reconstrução dos espaços e consolidação de novos tecidos sociais. O *fazer-cidade* ganha evidência a partir de seu potencial analítico de percepção dos movimentos urbanos que constituem essa teia de relações constricta geográfica e historicamente na *cidade*. Para além disso, uma análise acerca do espaço urbano focada no movimento permite que o próprio pesquisador se movimente e compreenda a pluralidade de visões que o deslocamento geográfico e epistemológico pode proporcionar. Olhar para o centro e para a margem não apenas como localizações físicas, mas também como espaços socialmente construídos e vinculados ao modo de produção vigente (LEFEBVRE, 2006) permite ao observador acessar novas chaves cognitivas produtoras de significado, o que nos motiva a refletir acerca da importância de uma antropologia urbana *das margens*, produzida também numa perspectiva relacional e histórica com o objetivo de conhecer a relação entre o espaço e a sociedade num momento determinado, e assim escrever parte da história da produção do espaço urbano.

## O URBANO PARA ALÉM DA CIDADE

### O (não) planejamento urbano

Ao deslocar o olhar antropológico para compreender questões urbanas e ligadas à antropologia das cidades, percebemos que a característica relacional dos espaços é essencial a esse estudo. A constituição das cidades, em especial os grandes centros urbanos, é

extremamente dinâmica; por isso, nossa proposta é compreender a cidade a partir dos movimentos que a instituem. De acordo com Michel Agier (2015), *a antropologia da cidade não se refere a nenhuma definição normativa da cidade em si, mas a concebe como o movimento contínuo de sua construção e desconstrução*. Este autor busca analisar a antropologia urbana como fonte epistemológica genuína, e sua perspectiva nos ajuda principalmente a compreender os processos urbanos que se dão nas *margens* da sociedade. Agier (2005) define *margem* como *fronteira, precário, vazio e desordem*, afastando-se de concepções estritamente geográficas acerca da centralidade e marginalidade. Por esse motivo, Michel Agier não pretende estabelecer uma relação deduzida de centro e periferia, ao contrário, pretende demonstrar como essas noções advêm da condição móvel e dialética do *fazer-cidade*. Centro e margem não podem significar uma ferramenta analítica *a priori*, justamente porque são conceitos construídos a partir do movimento: *a cidade é feita essencialmente de movimento* (AGIER, 2015).

Esta postura nos leva a estabelecer uma nova relação com o tecido social e permite que o *fazer-cidade* possa ser percebido em todos os espaços: *Assim, a compreensão das cidades terá muito a ganhar ao se dirigir não mais somente ao que se perde nos espaços da “não-cidade”, mas também ao que nasce ali mesmo, como expressão de uma dialética mais geral do vazio e do pleno, do fraco e do forte* (AGIER, 2015). Dessa forma, os territórios normalmente desvalorizados das cidades, como as favelas e as ocupações, passam a protagonizar a construção da cidade, assim como outras áreas urbanas. A relação centro/periferia não pode ser pré-concebida, tendo em vista que decorre de uma construção ideológica acerca dos usos da cidade; temos então que despir-nos dos adjetivos e condicionantes já conhecidos para localidades específicas da cidade. A favela não é mais parte da *não-cidade*: ela é parte constitutiva da cidade enquanto fator dialético de transformação de todo o espaço urbano. Nosso objetivo até agora é demonstrar que as noções estabelecidas sobre os espaços da cidade podem ser completamente diferentes a depender do ponto de vista em que se está observando, provocando, conseqüentemente, divergências semânticas sobre determinado objeto.

Nesse ponto, ressaltamos a contribuição da escritora norte-americana Anania Roy em seu artigo *Urban Informality*; nesta passagem, a autora ressalta o papel da *informalidade* enquanto condição constitutiva da cidade, afirmando que o estudo do crescimento urbano no mundo deve levar em consideração a *informalidade* e as políticas urbanas que buscam lidar com essa questão (ROY, 2005; p. 147). Roy afirma que a informalidade é considerada um *estado*

de exceção dentro do planejamento urbano atual, e que o próprio planejamento urbano é responsável por criar espaços informais.

A autora propõe uma acepção na qual a *informalidade* passa a ser considerada não mais uma exceção, mas um *modo de urbanização*. Para Roy, não basta compreender a informalidade enquanto um setor da cidade que cresceu de forma paralela ao planejamento urbano, é necessário compreender a *informalidade* como uma das possíveis maneiras de ocupar o espaço urbano. Além disso, Roy enumera alguns exemplos de como o Estado e a lei são capazes de produzir ou incentivar a ocupação informal do espaço, e afirma também que o Estado tem a capacidade de decidir quais informalidades merecem prosperar e quais não: *O planejamento e o aparato legal do Estado têm o poder para determinar quando estabelecer essa suspensão (da ordem), para determinar o que é informal e o que não é, e para determinar quais formas de informalidade irão prosperar e quais irão desaparecer* (ROY, 2005; p. 149, tradução nossa).

Esta reflexão nos leva a situar este debate no processo de remoção da Favela Metrô-Mangueira. Embora esteja localizada em região central do Rio de Janeiro, a favela é considerada um ambiente *informal*, pela Prefeitura: um local precário e carente de equipamentos públicos. Além disso, a Favela Metrô-Mangueira se encaixa na definição de Agier sobre locais marginalizados, já que estão, formalmente, em uma área não urbanizada. De modo similar ao que Agier chama de *locais fora de lugar*, os moradores de favelas constituem-se em determinado local e passam a significar algo dentro da cidade, o que Agier chama de *começo de cidade*. Agier defende que a generalização das regiões de favela sob o estigma da organização urbana paralela nos impede de conhecer e compreender as particularidades de cada uma dessas formas de organização. Para Agier, as favelas começam com uma ocupação territorial; sua ocupação, além de demarcar geograficamente um espaço, é também um ato político, pois cria uma situação totalmente nova. A chegada e o estabelecimento de indivíduos em um determinado local são um movimento urbano que dá origem a uma nova malha de relações que resultarão no tecido social daquele local: *eis porque os atores da margem, os cidadãos sem cidade, ocupam um lugar à parte, precário mas exemplar, nos movimentos que fazem cidade*. Agier afirma que:

o movimento em direção ao centro desde as periferias e os subúrbios ou as “zonas de miséria” é um deslocamento e uma conquista espacial em certa medida. (...) Este impulso em direção a uma centralidade virtual encarnada pelo coração vital e pela identidade da cidade, ao mesmo tempo desejo insaciável e movimento infinito da fronteira em direção ao centro, é o motor do agir urbano (AGIER, 2015).

O autor passa então a analisar objetivamente a relação entre locais identificados como centro e periferia na perspectiva do que ele chama de *ocupação*. Diferentes formas de ocupação do espaço, como acampamentos para refugiados, favelas e *bidonvilles*<sup>7</sup>, são meios não convencionais de ocupação do espaço urbano. Para Agier, a forma como o Estado lida com essas formas de ocupação depende da valorização daquele espaço. Se esta ocupação está localizada em um espaço valorizado, ou central, haverá uma tentativa de deslocamento daquele tecido social. A tentativa de deslocamento é antes de tudo uma ação política que visa transformar a forma de ocupação do espaço, e o não-deslocamento passa então a figurar como um agir político, que reafirma um direito ou uma reivindicação. Anania Roy também contribui nesse sentido ao afirmar que *se torna evidente que o sistema de legalização da propriedade informal não é simplesmente um problema burocrático ou técnico, mas sim uma complexa disputa política* (ROY, 2005; p. 150, tradução nossa).

No caso dos moradores da Favela Metrô-Mangueira, podemos ver com nitidez que a presença daquela forma de ocupação (favela) não poderia estar em uma área central da cidade (próximo ao Estádio Maracanã e outras regiões também consideradas centrais). Somente após o movimento de resistência dos moradores contra a remoção e a demanda por não sair do local é que surgiram propostas de reassentamento regiões mais próximas. Com frequência, os moradores demonstravam sua opinião acerca do reassentamento proposto pela Prefeitura, afirmando que suas vidas sofreriam transformações bruscas e prejuízos irreversíveis, como por exemplo a interrupção do ano letivo das crianças e dificuldade em conseguir novas matrículas em creches e escolas. Ao indagar um morador sobre a possibilidade de moradia em um bairro distante, ele contou: *é muito mais difícil arrumar emprego morando longe, acham que você vai acabar chegando atrasado, aqui a gente está perto de tudo*

De acordo com Agier, a manutenção da favela em seu local é um *mecanismo durável de instalação*, e dá alguns exemplos de políticas públicas que visam a fixação de determinado tecido social ao invés de sua erradicação. A partir da demanda por permanecer – *right to remain* (ROY, 2005; p.154) o Poder Público se vê na obrigação de promover políticas de urbanização nesses locais, o que gera uma maior fixação dessa forma de organização. É esse agir urbano que marca a perspectiva proposta por Michel Agier e que nos permite observar os movimentos na favela Metrô-Mangueira. Se por um lado, a permanência contínua daqueles moradores fez surgir novas possibilidades de reassentamento em locais *centrais*, por outro, fez

---

<sup>7</sup> Palavra em francês traduzida como favela.

com que a Prefeitura promovesse ações de urbanização no local, como podemos ver no projeto do Polo Automotivo da Mangueira, que abrigará todas as oficinas de automóveis que hoje estão na favela do Metrô. O estabelecimento de oficinas automotivas no Metrô-Mangueira, em sua maioria administradas por moradores do local, contribuiu para que a Prefeitura desenvolva este projeto para aquela região e possibilitasse a continuidade daquelas atividades comerciais. Com o projeto do Polo Automotivo, a Prefeitura busca manter as atividades comerciais do local ao mesmo tempo em que *moderniza* a prestação de serviço das oficinas.

Novamente pontuando os escritos de Anania Roy, a autora observa as políticas públicas de urbanização e critica o planejamento urbano que visa apenas o rearranjo espacial da cidade. Em citação a outro autor:

Como Modarres (2005) pontua, a guerra americana contra a pobreza pode ser entendida como um projeto que equiparou a pobreza à falha de comunidades geograficamente definidas. Não foram só esses espaços vistos como lugares de desordem, mas também uma série de políticas regionais foram introduzidas na tentativa de “melhorar” e “integrar” esses espaços à cidade (ROY, 2005; p. 150, tradução nossa).

Dessa forma, podemos compreender que os projetos direcionados à Favela Metrô-Mangueira desenvolvem um ou outro papel: em um primeiro momento, reorganizar o espaço urbano através do deslocamento de indivíduos, e depois *aprimorar* fisicamente a cidade a partir de políticas estéticas de revitalização. Para Agier, *Para além da necessidade humana de fundação e refundação permanente dos lugares, por mais precários que sejam, esta dinâmica da cidade e do agir urbano mostra o estreito vínculo entre a mobilidade das pessoas e a expansão urbana, esta última sendo uma condição para a sedentarização ainda que provisória e da ancoragem local das pessoas em movimento* (AGIER, 2015).

## A produção da centralidade e da marginalidade

Até aqui, foi nosso objetivo explicitar a forma como se empregam os termos relacionados à centro e periferia, concluindo que mais do que sinalizações geográficas, a relação centro/periferia denota um forte embate político e social. Será nosso objetivo agora demonstrar de que forma essas noções são construídas.

Anania Roy analisa políticas públicas para o planejamento urbano em diferentes lugares do mundo, propondo uma aproximação entre as políticas públicas que lidam com a pobreza em países desenvolvidos e as políticas públicas que lidam com a informalidade em países em desenvolvimento. Para esta análise, nos interessa estudar o que Roy afirma acerca da

especulação imobiliária e os deslocamentos na cidade: *Se o argumento apresentado pelo World Bank, De Soto e outros, é de que os títulos de posse permitem a compra e venda de propriedades, então certamente tais formas de mobilidade indicam o sucesso dessas políticas? Mas em muitos casos a mobilidade indica o deslocamento dos residentes mais pobres* (ROY, 2005; p. 153, tradução nossa).

Com isso, Roy ensaia uma análise acerca das políticas de urbanização e os deslocamentos promovidos por elas. A partir de sua argumentação, Roy deixa nítido que as políticas públicas quase sempre dialogam com a especulação imobiliária e essa característica causa um impacto maior na classe da população menos abastada. A regularização fundiária ou as políticas de revitalização de favelas acabam por encarecer os serviços prestados, além de sufocar a parcela da população marginalizada. O centro espreme a margem até que ela seja deslocada.

Devemos compreender também que a concepção sobre o espaço da favela é relativa, o que marca uma discrepância na opinião e nos discursos dos moradores e do Poder Público. O planejamento urbano da Prefeitura reconhece a Favela Metrô-Mangueira enquanto margem, mesmo que esteja localizada em região central da cidade. Para os moradores, a centralidade regional da moradia é fator fundamental, já que a mobilidade urbana se torna mais acessível, entre outras razões. Os moradores de favelas afetadas por remoções são obrigados a realizar deslocamentos na cidade na maioria das vezes de modo involuntário: a Prefeitura afirma que está reassentando aqueles indivíduos em locais de melhor convivência, mas grande parte dos moradores não quer sair de seus locais de moradia. A concepção acerca do espaço varia de acordo com o interlocutor, ressaltando o caráter dinâmico e subjetivo dos espaços da cidade.

O autor Nelson de Nóbrega Fernandes dedica parte de seu estudo a analisar a categoria *subúrbio*, e sua argumentação se mostra como uma eficiente ferramenta analítica para a discussão acerca da oposição centro/periferia. Em sua obra *O rapto ideológico da categoria subúrbio*, Nelson discute a transformação pela qual passou essa categoria, avaliando o significado do *subúrbio* na história e também nas *cidades industriais*. O autor afirma que o *subúrbio* já foi local de ocupação das elites, que utilizavam as regiões distantes dos centros urbanos como local para descanso. Porém, a partir do desenvolvimento industrial das cidades, houve uma movimentação da classe proletária em direção aos *subúrbios*, provocando uma mudança no caráter da ocupação de regiões periféricas. Não entraremos aqui na densa discussão proposta pelo autor, mas iremos aproveitar o aspecto dinâmico de transformação presente em sua argumentação, como podemos observar nesta passagem:

Bonnoure nos ajuda e encerrar este breve panorama do subúrbio na história em que tentamos demonstrar a permanente polissemia desses lugares. Estabelecer as formas como historicamente a palavra subúrbio foi usada e o espaço subúrbio foi valorizado é um passo essencial e preliminar para a compreensão da existência de um conceito carioca de subúrbio, cuja construção, como veremos a seguir, exigiu anular seu conteúdo geográfico e as possibilidades de representação da diversidade suburbana em que esta categoria sempre esteve investida. (FERNANDES, 2011; p. 33).

Fernandes estabelece uma discussão com base na classificação do *subúrbio carioca*, e procura demonstrar como o significado da palavra *subúrbio* mudou ao longo da história no Rio de Janeiro. Esta postura, evidenciada pela utilização da expressão *rapto ideológico*, reforça o argumento de que os espaços da cidade sofrem influências e modificações, adotando conteúdos diversos de seu aspecto geográfico: *Esta perspectiva dá razão ao entendimento de que o conceito carioca de subúrbio pode representar, com excepcional nitidez, um fenômeno ideológico* (FERNANDES, 2011; p. 49).

Defendemos aqui que a relação centro e periferia está igualmente submetida à condição intermitente de construção de desconstrução de outros conceitos. Esse processo se dá na confluência das diversas expectativas acerca dos espaços da cidade proferidas pelos atores sociais. No caso em tela, a produção da centralidade e da marginalidade se dá na medida em que os moradores da Favela Metrô-Mangueira se enxergam em uma região central, e atribuem a esta característica o motivo principal e razão maior para que aquele fosse o local escolhido de moradia. Por outro lado, a precariedade dos equipamentos públicos e a degradação do espaço físico da Favela Metrô-Mangueira fazem com que a Prefeitura do Rio classifique aquela região enquanto uma zona periférica da cidade, não pertencente ao tecido urbano. Dessa forma, os movimentos realizados na cidade adotam significados diferentes para os moradores e para a Prefeitura, fazendo com que a relação centro e periferia adote um caráter relacional.

Com o objetivo de contextualizar essa discussão e o próprio trabalho de campo com o planejamento urbano implementado na cidade do Rio de Janeiro, buscamos também análises mais amplas acerca dos deslocamentos urbanos involuntários.

**O planejamento urbano no Rio de Janeiro e os deslocamentos involuntários.**

Como dissemos, o Metrô-Mangueira faz parte de um conjunto maior de favelas que atravessam processos similares. Enunciado como o *legado olímpico*, o conjunto de transformações às quais seria submetida a cidade do Rio de Janeiro cumpriria um papel de *modernização e resgate* de uma cidade envolta no caos urbano, à preço de um total rearranjo do espaço. Tanto a narrativa criada pela Prefeitura em torno do *legado*, quanto o projeto urbano em si, chamado de *Rio Cidade Olímpica* (PREFEITURA, 2016a), apontam para a mercantilização do espaço urbano através de Parcerias Público Privadas com objetivo de construção desse *legado* estrutural, urbano e simbólico. O documento também afirma que a maior parte dos investimentos para a realização das obras seria de natureza privada: *Do total previsto até agora de R\$ 37,6 bilhões (valores referentes ao segundo semestre de 2014), somente 43% são de origem pública – da Prefeitura do Rio e dos governos Federal e Estadual. Os outros 57% vêm da iniciativa privada. Isso foi possível através de medidas inteligentes de economia, como as Parcerias Público Privadas (PPPs)* (PREFEITURA, 2016a, p. 48).

As Olimpíadas do Rio de Janeiro teriam como modelo o projeto urbano implementado em Barcelona, Espanha, quando da realização das Olimpíadas de 1992. De acordo com o Caderno de Políticas Públicas desenvolvido pela Prefeitura do Rio, intitulado *Rio 2016, Jogos Olímpicos e Legado*, a cidade do Rio de Janeiro, assim como a cidade catalã, teria sua região portuária e o centro históricos totalmente revitalizados, além da modernização da malha pública de transportes. Assim como Barcelona, esse projeto contribuiu para o já avançado processo de expulsão das camadas populares dos centros urbanos, que se revalorizam e transformam a realidade social. O Dossiê organizado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, intitulado *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro*, organiza uma gama de opiniões contrárias às transformações urbanas em marcha no Rio de Janeiro, e consequentemente, contrárias aos deslocamentos involuntários por elas causados. O Dossiê questiona o *legado olímpico*, afirmando que o acesso à equipamentos esportivos, por exemplo, não se dará de forma democrática, tendo em vista a privatização de grande parte do espaço público (COMITÊ, 2015, p. 8).

O Dossiê afirma ainda, através de um relatório orçamentário, que os gastos públicos superam em muito os gastos privados, em virtude de uma contrapartida pública excessivamente onerosa para o município. Argumenta que a mercantilização do esporte se combinou com a mercantilização da cidade, fazendo com que a ideia de *legado* passe a ser

perseguida pelas cidades que pretendem sediar uma edição dos Jogos Olímpicos, e esses dois ingredientes resultam em um modelo de gestão das cidades subordinado aos interesses privados e do mercado (COMITÊ, 2015, p. 67). A compreensão desses elementos nos ajuda verificar a razão pela qual cidadãos são postos em movimento de modo involuntário na cidade; a valorização do *centro* (não necessariamente geográfico) pressupõe a desvalorização da *margem* e consequente reorganização do espaço urbano.

Contrariando a afirmação da Prefeitura acerca dos reassentamentos, o Comitê Popular estima que pelo menos 4.120 famílias tenham sido removidas e 2.486 estejam ameaçadas por remoções por razões direta ou indiretamente vinculadas às intervenções do Projeto Olímpico. Em determinados casos, a Prefeitura alegava que uma favela se encontrava em área de risco de deslizamento de encostas, ou alegava que existia um risco ambiental em jogo, e por isso a remoção seria necessária, entretanto, estas seriam justificativas que tinham como objetivo mascarar a ligação entre essas remoções e as obras ligadas ao Projeto Olímpico (COMITÊ, 2015, p. 20).

De acordo com o cálculo da Prefeitura, 15.937 famílias foram removidas por estarem em áreas de risco, 3.397 foram removidas em função de obras na própria comunidade onde viviam, e apenas 2.215 famílias foram removidas em razão de obras de mobilidade urbana e infraestrutura (PREFEITURA, 2016b p. 7). Entretanto, O Dossiê procura analisar, através do estudo dos casos concretos, a relação entre a remoção, a justificativa e o contexto em que se localiza aquela favela. Ao contrário do que afirma a Prefeitura, pelo menos 6.606 famílias foram removidas ou estão ameaças por remoção em virtude de obras públicas (DOSSIÊ, 2015, p. 36), número bem superior aos 2.215 apresentados pela Prefeitura. Por outro lado, o Dossiê suscita também as remoções que guardam relações indiretas com as obras públicas: favelas que foram classificadas com *área de risco*, e por isso receberam essa justificativa, mas tiveram essa situação comprovada, como é o caso do Morro da Providência, da Comunidade da Estradinha/Tabajaras, Santa Marta, Indiana e o estudo e caso desta dissertação, a favela Metrô-Mangueira.

De acordo a obra *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*, os deslocamentos compulsórios provocados pelas remoções têm relação direta com o modelo de cidade que está sendo implementado e com a valorização da terra pela especulação imobiliária (FAULHABER E AZEVEDO, 2016). Os autores afirmam ainda que a expulsão das camadas mais pobres das regiões centrais em direção às regiões periféricas é um movimento contínuo e já observado no Rio de Janeiro e em outras cidades, mas neste momento, adota um caráter diferenciado,

principalmente em virtude da quantidade de famílias removidas neste processo. Ao citar o relatório das Nações Unidas para a moradia adequada, a obra analisa o conceito de *moradia adequada*:

Para ser adequada, a moradia deve estar em local que ofereça oportunidade de desenvolvimento econômico, cultural e social. Ou seja, nas proximidades do local da moradia deve haver oferta de empregos e fontes de renda, meios de sobrevivência, rede de transporte público, supermercados, farmácias, correios e outras fontes de abastecimento básicas. A localização da moradia também deve permitir o acesso a bens ambientais, como terra e água, e a um ambiente equilibrado (FAULHABER E AZEVEDO, 2016, p. 39)

A partir destas colocações, os autores buscarão argumentar porque as remoções e os reassentamentos propostos pela Prefeitura do Rio agredem o conceito de *moradia adequada* e o procedimento previsto para o reassentamento em casos de remoções. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a política de desenvolvimento urbano da cidade deve ter como objetivo a qualificação dos espaços da cidade e o aprimoramento do espaço da cidade, porém, sem a efetivação de remoções, salvo situações em que as condições físicas do local ponham em risco a população que ali vive; ademais, quando efetivadas as remoções, a lei determina que os moradores afetados devem ser reassentados em local próximo:

Art. 429 - A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos:

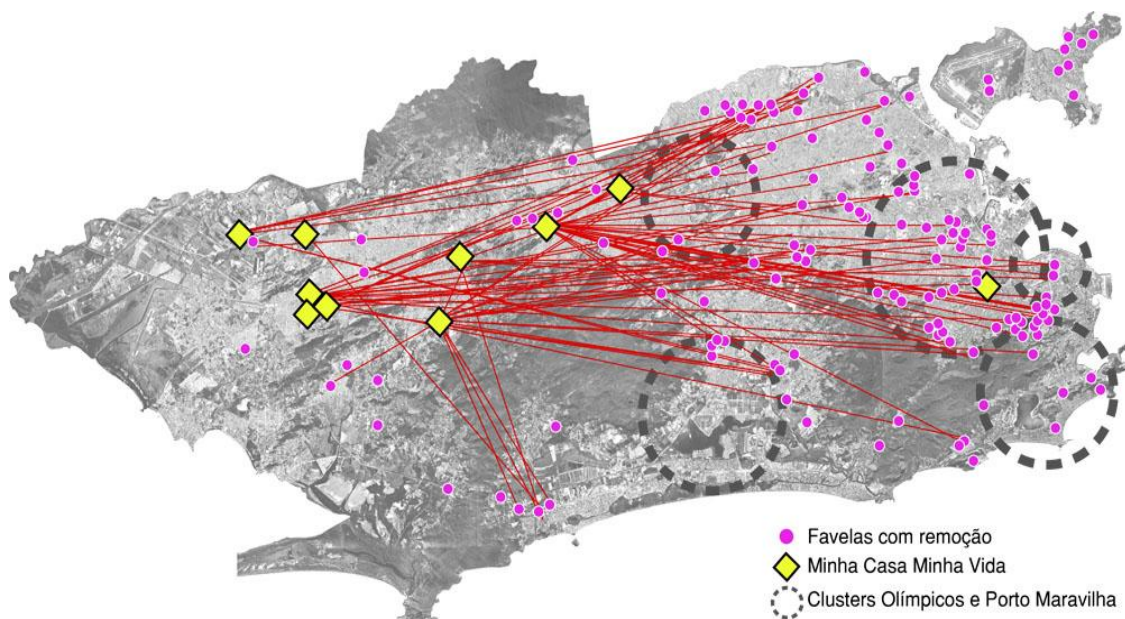
(...)

VI - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras:

- a) laudo técnico do órgão responsável;
- b) participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções;
- c) assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento;

Em sentido contrário, a obra acima mencionada afirma que, de acordo com os dados da Gerência de Terras e Reassentamento da Secretaria Municipal de Habitação, *dentre aqueles que tiveram seus imóveis removidos até abril de 2012, a maioria recebeu imediatamente o aluguel social de forma provisória para posterior reassentamento em um empreendimento enquadrado no Programa Minha Casa Minha vida* (FAULHABER E AZEVEDO, 2016, p. 64). A legislação federal acerca do assunto, o Decreto-Lei 3.365 de 1941, estipula uma série de possibilidades para a realização do reassentamento, como a assistência da Prefeitura na compra de um outro imóvel ou o pagamento de benefício provisório, porém, o decreto afirma também que o método será de *escolha das famílias*, e deve resultar na melhoria das condições de habitação da população.

No caso do Metrô-Mangueira, essas informações não foram disponibilizadas aos moradores, de modo que a única solução previamente apresentada era o reassentamento em Cosmos. O gráfico 1 abaixo é demonstrado na obra comentada e aponta os locais de remoção e os empreendimentos do Minha Casa Minha Vida (uma das principais ferramentas de auxílio ao reassentamento), o que nos permite compreender essa movimentação centrífuga das camadas mais populares da sociedade e afetadas por remoções.



Fonte: reprodução da internet, acessado em 16 de outubro de 2016

Nosso objetivo com esta análise não é comparar bairros ou regiões da cidade do Rio de Janeiro, e sim, analisar os fluxos urbanos em decorrência das remoções. De fato, a maioria dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida estão localizados na Zona Oeste do Rio, área mais carente de equipamentos públicos e serviços, além de estar muito distante da região central da cidade. Esta cisão é resultado de uma forma de produção dos espaços centrais e marginais, e contribui ela mesma para a continuidade dessa forma de produção. A exigência legal por reassentamento em local próximo à remoção busca evitar grandes deslocamentos por parte dos moradores, mas não dá conta de interromper o ciclo de construção social que hierarquiza as regiões centrais e marginais.

Esta compreensão justifica os discursos produzidos pelos moradores e demonstra que suas hesitações se verificam com base na análise destes movimentos. Para além das questões objetivas acerca da relação centro/periferia, passamos a analisar a capacidade desses conceitos para produzirem subjetividades e a produção do espaço da favela Metrô-Mangueira.

## POR UMA EPISTEMOLOGIA DAS MARGENS

Após a análise acerca da produção dos espaços e a relação centro/periferia, partiremos agora para uma proposta epistemológica que deriva objetivamente das teorias produzidas pelos autores citados. Neste segundo item, nosso objetivo será debater um possível resultado destas reflexões para a antropologia urbana e para a produção do conhecimento empírico nos grandes centros urbanos.

O já citado Michel Agier pontua a importância da pesquisa antropológica nas cidades, evidenciando o caráter local da pesquisa na área da antropologia: (...) *eu quis dizer que era possível “desenhar” uma cidade múltipla, partindo do ponto de vista das práticas, das relações e das palavras dos cidadãos tais como o próprio pesquisador as observa (...)* (AGIER, 2015). Neste sentido, Alexandre Magalhães, no artigo *O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro*, acompanha Agier ao afirmar que sua pesquisa pretende mais do que analisar um projeto de *cidade mercantilizada*, analisar de que forma os atores envolvidos em episódios de remoção no Rio de Janeiro compreendem as transformações da cidade:

compreender como, nas práticas cotidianas, das quais os agentes públicos fazem parte, essas referências são elaboradas como um conjunto normativo e moral que os orienta (no caso em análise, formulando o “repertório da remoção”) e lhes oferece a medida moral que permite atualizar mecanismos de controle da circulação de determinados segmentos sociais no espaço urbano (MAGALHÃES, 2013).

Magalhães demonstra que seu objetivo é compreender a cidade a partir das práticas, dos movimentos e dos discursos proferidos por determinada parcela da população, no caso aquela afetada por remoções. O autor pretende abordar a problemática das remoções no Rio de Janeiro com vistas a compreender as favelas a partir das interpretações realizadas pelos diversos atores em disputa, revelando um processo coletivo de definição simbólica, afastando-se de leituras que admitem o *problema favela* a partir de uma *construção ideológica manipulada pela elite* (MAGALHÃES, 2013). Ao demonstrar como se dará a apreensão dos *megaeventos*, Alexandre mais uma vez demonstra de que forma pretende conduzir suas pesquisas:

Saliento que os megaeventos não serão apreendidos aqui como um modelo de cidade imposto desde fora e que serviria às formas de acumulação atuais. Mais do que isso, serão compreendidos a partir de sua elaboração no curso de inúmeras situações, da mobilização de argumentos justificadores e de suas consequências práticas na vida das pessoas, bem como algo cujo significado apenas se observa na

consideração das disputas empiricamente observáveis (MAGALHÃES, 2013).

Dessa forma, resta nítida a importância prestada ao olhar antropológico direcionado para questões urbanas. Os autores demonstram que os universalismos do planejamento urbano podem não dar conta dos detalhes dos fatos observados e da complementação existente entre esses detalhes. Magnani, em seu artigo *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*, estabelece uma discussão epistemológica acerca da produção de conhecimento no âmbito da antropologia urbana e do estudo das grandes cidades. O autor demonstra a relação existente entre a concepção de urbanismo difundida entre os acadêmicos e a perspectiva empírica praticada nos trabalhos científicos:

Em primeiro lugar, observa-se a ausência de atores sociais. Tem-se a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade (MAGNANI, 2002; p. 14).

É certo que Magnani estabelece um diálogo entre posturas epistemológicas difundidas no estudo da antropologia urbana, porém, nossa proposta ao trazer os argumentos deste autor é destacar um aspecto de sua explanação para que possamos confrontar seus argumentos com o que já foi colocado até aqui. Magnani evidencia a importância do estudo local e da observação etnográfica para questões urbanas, colocando em oposição dois comportamentos: o *de perto e de dentro* e o *de longe e de fora*. Magnani cita alguns autores que fazem interpretações gerais acerca das cidades, produzindo classificações e encaixando as transformações urbanas nestas classificações. Para Magnani, uma observação *de longe e de fora* não é capaz de produzir a inteligibilidade adequada para a compreensão de dinâmicas urbanas. Nesse sentido, o autor comenta o papel dos moradores das cidades nas análises científicas proferidas acerca das cidades: *Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano.* (MAGNANI, 2002; p. 15).

Demonstramos aqui os argumentos de José Guilherme Magnani porque compreendemos que a perspectiva relacional da produção do espaço é um elemento que ressalta a importância dos estudos etnográficos no campo da sociologia urbana e do direito à cidade. Como dissemos anteriormente, a produção dos espaços na cidade e a relação

centro/periferia podem admitir roupagens divergentes para determinados grupos sociais. Os movimentos realizados na cidade pelos moradores de favelas podem significar um movimento de ascensão social de acordo como discurso da Prefeitura, que concede casa própria e um ambiente urbano adequado, mas para os moradores do Metrô-Mangureira, esses movimentos significam um rompimento de seus núcleos familiares e de trabalho e um forte impacto em suas dinâmicas de vida. A produção de conhecimento no âmbito das grandes cidades precisa, para proporcionar uma impressão verossímil do ordenamento urbano, levar em consideração os discursos e as práticas encontrados nas regiões periféricas da cidade. Mais uma vez, nas palavras de Magnani: *A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo* (MAGNANI, 2002; p. 15).

O encontro desses autores se dá no momento em que está priorizada uma análise empírica de aspectos da cidade e dos movimentos que a constituem. Por isso, a proposta é, além de compreender que a centralidade e a marginalidade são questões políticas, entender que a produção de conhecimento científico deve posicionar-se de modo a apreender os diferentes pontos de vista presentes na sociedade. Nas palavras de Magnani:

Assim, o que se propõe inicialmente com o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica é resgatar um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei como de fora e de longe.

Em todo caso, em vez de um olhar de passagem, cujo fio condutor são as escolhas e o trajeto do próprio pesquisador, o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc (MAGNANI, 2002, p. 17).

Com isso, chegamos à epistemologia proposta por Agier: uma antropologia das margens; mas não a margem enquanto construção geográfica, mas sim política e epistemológica. Agier estabelece então a possibilidade de estudarmos a cidade a partir das margens, dos setores precários, das áreas não-centrais, e compreender de que forma os *cidadinos sem cidade* transformam o espaço urbano. Para o autor, o trabalho do antropólogo deve ser justamente *descrever e compreender os processos cujas formas observamos e que não são senão um momento* (AGIER, 2015). A favela, ou a sua constituição, denota um fenômeno

que é capaz de *fazer cidade* tanto quanto outros movimentos urbanos. Dessa forma, é tarefa do etnógrafo *encontrar o sentido dos processos que elas não fazem senão nomear* (AGIER, 2015).

A partir destas reflexões, percebemos como a questão da centralidade, tratada na primeira parte do artigo, influencia diretamente a epistemologia urbana. O estudo das cidades a partir dos moradores enquanto agentes ativos da transformação urbana é fundamental para que possamos compreender a dinâmica que rege os movimentos e deslocamentos urbanos. No caso da Favela Metrô-Mangueira, uma simples explicação acerca dos modelos de cidades-globais não é capaz adentrar as nuances deste processo. Como podemos ver, o reassentamento desses moradores não foi um ato único nem objetivo, e sim uma construção que se deu a partir do conflito de interesses entre a Prefeitura e os moradores da favela.

## CONCLUSÃO

Nosso objetivo neste artigo foi, num primeiro momento, discutir a oposição centro/periferia a partir da concepção dinâmica da cidade, e em um segundo momento, propor um efeito epistemológico para esta concepção. A partir dos argumentos citados, buscamos demonstrar que o caráter relacional e subjetivo dos espaços da cidade também afeta os entendimentos acerca do que é uma região central e o que é uma região periférica. Vimos que, para além do aspecto geográfico, a centralidade é uma construção política e ideológica, alvo de intensas reconstruções e desconstruções. Jose Magnani, ao citar Frugoli, afirma que nossa visão não pode estar fechada para apenas uma centralidade, nem para uma única forma de observar a cidade:

Ora, num aglomerado contíguo com mais de dez milhões de habitantes, como é o caso da cidade de São Paulo, não há uma, mas várias centralidades (Frúgoli, 2000) e, em vez de se procurar (em vão) um princípio de ordem que garanta a dinâmica da cidade como um todo, mais acertado é tentar identificar essas diferentes centralidades e os múltiplos ordenamentos que nelas e a partir delas ocorrem (MAGNANI, 2002, p. 15)

Como citamos o conceito de *moradia digna*, vale concluir este trabalho com uma passagem da professora Raquel Rolnik, que foi relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada: *a moradia adequada de um pescador é na beira do mar. Assim como a moradia, para o trabalhador da indústria, é no lugar onde o emprego existe ou que ele tem transporte rápido e acessível de acordo com seu bolso para poder acessar as oportunidades de*

*trabalho e emprego*<sup>8</sup>. O conceito de *moradia adequada* complexifica ainda mais este debate, demonstrando que os espaços da cidade, geograficamente, dizem muito pouco. Os significados e as subjetividades construídas acerca desses espaços têm relação direta com as representações a eles atribuídas e com as implicações que essas representações terão no cotidiano dos moradores das cidades.

Como no caso observado, os moradores do Metrô-Mangueira entendem como central uma região que, para o Poder Público, é uma região periférica. Essa divergência faz com que os movimentos realizados em virtude das remoções possuam diversos significados, produzindo assim, diversos centros e periferias. A partir desta discrepância conceitual, propusemos aqui uma epistemologia que dê conta justamente desse giro semiológico. Magnani, no artigo acima estudado, busca apresentar uma alternativa ao planejamento urbano clássico, que analisa as cidades com base na tendência mundial do capitalismo e do urbanismo. Essa alternativa é justamente a realização de etnografias que adentrem as práticas e os discursos de nativos e possa produzir conhecimento a partir dessa perspectiva. Dessa forma, poderemos compreender as diversas dimensões da cidade e dos deslocamentos realizados no espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. 2015. "Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro". *Mana*, 21(3): 483-498

BRASIL. Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm). Acesso em 5 de outubro de 2016.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Disponível em <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2016/03/dossiecomiterio2015.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2016.

---

<sup>8</sup> Disponível em: [http://direitoamoradia.org/?page\\_id=46&lang=pt](http://direitoamoradia.org/?page_id=46&lang=pt). Acesso em 24 de dezembro de 2016.

COSTA, Pedro D'Angelo. A luta contra remoção no Rio de Janeiro e os usos do direito: o caso Metrô-Mangueira. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016, Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Ed. Mórula, 2015.

FERNANDES, Nelson. "Subúrbios"; "O conceito carioca de subúrbio como fenômeno sociológico". *O rapto da categoria subúrbio*. Rio de Janeiro 1858-1945. Rio de Janeiro: Apicuri. pp. 19-44; 45-68.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006.

MAGALHÃES, Alexandre. 2013. "O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro". *Horizontes antropológicos*, vol.19, n.40: 89-118.

MAGNANI, José Guilherme. 2002. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49): 11-29.

PREFEITURA do Rio de Janeiro. 2016. Rio 2016, Jogos Olímpicos e Legado; Caderno de Políticas Públicas. Rio de Janeiro.  
[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016\\_estudos\\_PORT.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf).  
Acesso em 19 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. 2016. Explicando a política de habitação da Prefeitura do Rio.  
<https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura>.  
Acesso em 24 de outubro de 2016.

ROY, Ananya. 2005. "Urban Informality. Toward an epistemology of plannig". *Journal of the American Planning Association*, 71 (2): 147-158

*Trabalho enviado em*

*Aceito em*